

Ofício Interno 5- 3.503/2025

De: Clodomiro J. - GR-CCJTR

Para: GR-CCJTR - Constituição, Justiça, Trabalho e Redação

Data: 06/08/2025 às 12:29:19

Setores (CC):

DAL, GR-CCJTR

Setores envolvidos:

GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, DAL, DCAT, PJ, GR-CCJTR, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER

Projeto de lei

Prezados,

Solicito assinatura dos membros da comissão no presente Parecer.

Apos assinatura solicito que a secretaria Legislativa r inserira o presente Parecer no SAPL.

—

Clodomiro da Silveira Pereira Junior

Vereador

Anexos:

Parecer_109_Projeto_de_Lei_24_de_27_de_Julho_de_2025.pdf



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 109/2025

Referência: Processo Número do Protocolo 786/2025

Assunto: Projeto de Lei n.º 024 de 27 de junho de 2025

Autor (a): Vereador Marcos Eduardo Ribeiro – PSD, Vereadora Elis Enfermeira – PL e Vereador Pastor Júnior - PL

Assinado por: Vereador Marcos Eduardo Ribeiro – PSD, Vereadora Elis Enfermeira – PL e Vereador Pastor Júnior - PL

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 024 de 27 de junho de 2025, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Cáceres e dá outras providências*”.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria dos Excelentíssimos Vereadores Marcos Eduardo Ribeiro – PSD, Elis Enfermeira – PL e Vereador Pastor Júnior - PL, que



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Cáceres e dá outras providências”.

II.1. Do Objeto do Projeto de Lei:

O Projeto de Lei em questão, de autoria dos Vereadores Marcos Ribeiro (PSD), Elis Enfermeira (PL) e Pastor Júnior (PL), visa tornar obrigatória a identificação de todos os veículos oficiais da Administração Direta e Indireta do Município de Cáceres, incluindo os locados, com o Brasão Oficial do Município.

A proposta detalha a forma de afixação do Brasão (laterais e traseira, com tamanhos mínimos especificados), a proibição de slogans ou símbolos de mandato dos administradores públicos, e a obrigatoriedade de inclusão de dizeres como "Prefeitura Municipal de Cáceres", "Uso exclusivo em serviço", nome da Secretaria/Departamento/Programa vinculado, telefone e e-mail para contato/reclamações/denúncias, e número de identificação.

As despesas correrão por dotação orçamentária própria, e a lei prevê responsabilização para servidores que utilizarem veículos oficiais em desacordo com as normas.

A justificativa do Projeto de Lei enfatiza que o objetivo principal é aprimorar a transparência e a fiscalização do uso dos veículos oficiais, reforçando o princípio da publicidade e o controle social sobre a utilização dos recursos municipais.

A medida visa coibir o uso indevido e particular de bens públicos, empoderar o cidadão como agente fiscalizador e garantir a impessoalidade da administração pública.

II.2. Da Constitucionalidade e Legalidade:



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Para a análise da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei, consideram-se os seguintes aspectos à luz da Constituição Federal e da legislação correlata:

II.2.1. Da Competência Legislativa Municipal:

A Constituição Federal, em seu Artigo 30, inciso I, confere aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

A regulamentação da identificação de veículos oficiais para garantir a transparência, a moralidade e a publicidade na gestão do patrimônio público insere-se diretamente no interesse local e na competência legislativa municipal.

O controle do uso de bens públicos, em especial para evitar desvios de finalidade e promover a fiscalização social, é uma matéria pertinente à autonomia do Município.

II.3. Princípios da Administração Pública (Art. 37 da CF/88):

O Projeto de Lei fundamenta-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previstos no Artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

A obrigatoriedade da identificação dos veículos oficiais e a disponibilização de canais de denúncia reforçam os princípios da publicidade e da moralidade, permitindo o controle social e coibindo o uso indevido de bens públicos. A proibição de slogans de mandatos (Art. 2º, §3º) fortalece o princípio da impessoalidade.

II.4. Inexistência de Vício de Iniciativa:



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Embora leis que tratam da organização administrativa ou do regime jurídico dos servidores sejam de iniciativa privativa do Poder Executivo, o presente Projeto de Lei não se enquadra nessa categoria.

Ele estabelece normas gerais sobre publicidade e controle de bens públicos para toda a administração, sem dispor sobre a estrutura orgânica da Prefeitura ou a remuneração de servidores.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores tem consolidado o entendimento de que leis que estabelecem diretrizes e princípios gerais sobre o uso de bens públicos, visando à transparência e ao controle social, não invadem a esfera de iniciativa do Executivo.

II.5. Do Impacto Orçamentário e Financeiro:

O Artigo 4º do Projeto de Lei expressamente prevê que as despesas decorrentes da Lei correrão "à conta de dotação orçamentária própria".

Essa previsão é adequada, pois indica que a implementação da identificação dos veículos será feita com recursos já existentes e previstos no orçamento, sem a necessidade de criação de novas despesas ou de emendas orçamentárias que exijam a iniciativa do Poder Executivo e das Autarquias Municipais.

O custo de adesivação de veículos é, em geral, uma despesa de manutenção e gestão que se acomoda no orçamento de custeio administrativo.

II.6. Dos Detalhes Técnicos:

O Projeto de Lei detalha tamanhos mínimos de adesivos (Art. 2º, §§1º e 2º) e tamanho de fonte (Art. 3º). Embora o detalhamento excessivo em leis possa, em tese, ser questionado como invasão da margem regulamentar do Executivo, a jurisprudência tem



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

aceitado tais especificações quando se justificam pela finalidade da norma (neste caso, a garantia da visibilidade e padronização para a eficácia do controle social).

III. Precedentes em Outras Câmaras Municipais:

A obrigatoriedade de identificação de veículos oficiais por meio de leis municipais, muitas vezes de autoria do Poder Legislativo, é uma prática consolidada em diversas cidades do Brasil, o que reforça a legalidade e a constitucionalidade da propositura em Cáceres:

No **Município de Três Rios/RJ** foi aprovada a **LEI Nº 4.792 DE 28 DE JUNHO DE 2021** que: *“Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de adesivos de identificação nos veículos oficiais da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências.”*

Para confirmação da afirmação, acesse: Leis Municipais de Três Rios:
<https://cvtr.rj.gov.br/lei-no-4-792-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-uso-de-adesivos-de-identificacao-nos-veiculos-oficiais-da-administracao-publica-direta-e-indireta-e-da-outras-providencias/>

Por sua vez, no **Município de Forquilha/SC**: está em trâmite o **PROJETO DE LEI PL Nº 017/2025** que *“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO POR MEIO DE ADESIVOS NOS VEÍCULOS OFICIAIS OU A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

Para confirmação da afirmação, acesse: Leis Municipais de Forquilha/SC:
<https://www.camaraforquilha.sc.gov.br/documento/projeto-lei-legislativo-no-17-2025-10775>

Esses precedentes confirmam que a matéria está dentro da competência legislativa municipal e que projetos similares, com a mesma finalidade de transparência e



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

controle, têm sido aprovados e sancionados em diversos municípios, muitas vezes com iniciativa do Poder Legislativo.

Considerando todo o exposto, este Relator da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação, após análise do Projeto de Lei, da Constituição Federal e de precedentes legislativos em âmbito nacional, manifesta-se pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** da propositura.

Isso porque a matéria legislada insere-se na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o Art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

A fiscalização e o controle do uso dos bens públicos, em especial os veículos, são temas de interesse direto da população e da própria gestão municipal, visando à probidade administrativa.

O Projeto de Lei está em plena consonância com os princípios da administração pública previstos no Art. 37, *caput*, da Constituição Federal, notadamente os da **publicidade, moralidade e impessoalidade**.

Ao exigir a identificação clara dos veículos e a proibição de slogans pessoais, o projeto fomenta a transparência na gestão do patrimônio público e coíbe o desvirtuamento da finalidade dos bens públicos.

Não se verifica vício de iniciativa, uma vez que a propositura não dispõe sobre a estrutura ou atribuições do Poder Executivo, nem cria cargos ou regime jurídico de servidores.

A lei estabelece normas de caráter geral aplicáveis ao uso de bens públicos para fins de controle social, o que é matéria afeta à competência legislativa da Câmara Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

A previsão de que as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria (Art. 4º) afasta qualquer alegação de impacto orçamentário não previsto ou de ingerência indevida na gestão financeira do Executivo.

A existência de leis similares em diversos municípios brasileiros, muitas delas de iniciativa do Poder Legislativo e devidamente sancionadas, como em Três Rios/RJ e Forquilha/SC, reforça o entendimento da constitucionalidade e legalidade da matéria.

Colaciono notícia relacionada ao presente projeto de lei, em site da Câmara Municipal de Castro/PR¹, onde o MPE daquele estado, recomendou a plotagem de veículos oficiais em 2018, senão vejamos:

MP recomendou plotagem de veículos oficiais, em 2018

Em 2018, o Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) recomendou ao prefeito Moacyr Elias Fadel Junior (Patriota) para que determinasse, com urgência, que agentes políticos e servidores públicos municipais se abstivessem de utilizar os veículos oficiais do município em atividades particulares e/ou atividades "que não fossem estritamente de interesse público". Trata-se da Recomendação Administrativa 10/2018, assinada pelo promotor de Justiça Diogo de Araujo Lima, da 3ª Promotoria de Justiça de Castro, cuja cópia foi encaminhada ao prefeito através do ofício 2.105/2018-3ºPJ, datado de 12 de dezembro de 2018.

No documento, o MP também pedia ao prefeito que determinasse, com urgência, que os agentes políticos e servidores públicos municipais se abstivessem de utilizar os veículos oficiais nos finais de semana, feriados e fora do horário de funcionamento das repartições públicas, "exceto em atividades em que o interesse público exija prestação do serviço público de forma ininterrupta, em sistema de plantão e sobreaviso, devidamente comprovado"; e também "como meios de locomoção da casa para o serviço e vice-versa".

Entre outras recomendações, a Recomendação Administrativa do MP também solicitava que, "em observância ao princípio da publicidade", todos os veículos da frota municipal fossem plotados com adesivos "em tamanho e letras que permitam sua fácil leitura, em ambos os lados, devendo constar do adesivo o nome do órgão ao qual este [veículo] está vinculado (Secretaria, Departamento etc.), além da expressão 'uso exclusivo em serviço'".

"Ressalva-se que é vedada a inclusão de informações que possam caracterizar promoção pessoal do agente político ou de seu partido político, nos termos do artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal", observa o documento.

Aplicável, destarte, o julgado no ARE 878.911/RJ do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o regime da repercussão geral, quando fixou-se a seguinte tese:

“(…) Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua

¹ Fonte: <https://www.castro.pr.leg.br/institucional/noticias/2020/projeto-obriga-identificacao-de-veiculos-oficiais-e-a-servico#:~:text=MP%20recomendou%20plotagem%20de%20ve%C3%ADculos%20oficiais%2C%20em%202018&text=No%20documento%2C%20o%20MP%20tamb%C3%A9m,Federal%E2%80%9D%2C%20observa%20o%20documento.> – acessado em 31/07/2025.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). (tema 917)." (gf)

IV. DA EMENDA:

Com efeito a Ementa do presente projeto de lei está assim disposta:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Cáceres e dá outras providências”.

Este Relator entende que o correto é prever o Município de Cáceres, para ficar em consonância com o artigo 1º, que abrange não só a Prefeitura Municipal de Cáceres, como também as Autarquias Municipais (PREVICÁCERES e ÁGUAS DO PANTANAL), como também o Poder Legislativo Municipal, que já adota os emblemas em seus veículos oficiais.

Assim sugiro a seguinte **emenda corretiva**, retificando a Ementa do presente projeto de lei com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos veículos oficiais dos órgãos e autarquias do Município de Cáceres e dá outras providências”.

V. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, este Relator opina pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto de Lei n.º 024 de 27 de junho de 2025, **com a emenda corretiva acima sugerida**.

VI. DA DECISÃO DA COMISSÃO:



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei n.º 024 de 27 de junho de 2025, **com a emenda sugerida pelo Relator**.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2025.

MANGA ROSA
PRESIDENTE

ANDRELÍNA MAGALY DA SILVA
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA
MEMBRO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 982C-7E8F-2F24-F74C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA (CPF 570.XXX.XXX-82) em 06/08/2025 12:41:13 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FRANCISCO WELSON AMARANTE DOS SANTOS (CPF 984.XXX.XXX-72) em 07/08/2025 08:35:54 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDRELINA MAGALY DA SILVA (CPF 488.XXX.XXX-15) em 08/08/2025 07:14:50 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 08/08/2025 às 08:14 e assinada digitalmente pela CAMARA MUNICIPAL CACERES:03960333000150 para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/982C-7E8F-2F24-F74C>